

A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D618	A diversidade na era pós-verdade [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-871-7 DOI 10.22533/at.ed.717192312 1. Comportamento informacional. 2. Desinformação. 3. Fake news. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 306.4
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“[...] o informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância” Patrick Charaudeau.

Buscou-se neste e- book pensar sobre a Educação, a diversidade num mundo de pós-verdade, partindo do princípio que se vive a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon e outros, parte-se da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que lemos, vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

É necessário que os estudos e as pesquisas foquem no lado social, que busquem maneiras de amenizar as consequências da pós-verdade no ambiente digital, demonstrando aos cidadãos o quão importante é para a sociedade a sua participação na gestão da informação. Com uma sociedade criticamente atuante, que preze pela fidedignidade das notícias e pesquise a realidade dos fatos, independentemente de opiniões pessoais, as fake news, aos poucos, poderá diminuir sua visibilidade e a presença do fenômeno da pós-verdade, no ambiente digital, tende a ser reduzida.

Sendo assim, este e-book tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes

desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquíria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares	
DOI 10.22533/at.ed.7171923121	
CAPÍTULO 2	19
AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Vanessa Coelho dos Reis Luciana Patrícia Zucco	
DOI 10.22533/at.ed.7171923122	
CAPÍTULO 3	31
ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS	
Daiana Maturano Dias Martil Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7171923123	
CAPÍTULO 4	42
GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA	
Lucília Grando	
DOI 10.22533/at.ed.7171923124	
CAPÍTULO 5	53
ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)	
Carolina Maia	
DOI 10.22533/at.ed.7171923125	
CAPÍTULO 6	64
GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS	
Bya Braga	
DOI 10.22533/at.ed.7171923126	

CAPÍTULO 7	76
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE	
Maria Regina Momesso Solange Aparecida de Souza Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.7171923127	
CAPÍTULO 8	86
MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA	
Keith Daiani da Silva Braga Arilda Ines Miranda Ribeiro Marcio Rodrigo Vale Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.7171923128	
CAPÍTULO 9	92
NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS	
Marjorie Evelyn Maranhão Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7171923129	
CAPÍTULO 10	104
QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	
Iury Fagundes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71719231210	
CAPÍTULO 11	116
REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Raisha Conceição Silva Ellen Laura Leite Mungo	
DOI 10.22533/at.ed.71719231211	
CAPÍTULO 12	123
O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHÃOES: UM OLHAR SOBRE O URBANO	
Camilla Machado Cruz Thágila da Silveira Ribeiro Taís da Silva Martins	
DOI 10.22533/at.ed.71719231212	
CAPÍTULO 13	136
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS	
Rose Dayanne Santana Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.71719231213	
CAPÍTULO 14	148
PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES	
Carmem Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.71719231214	

CAPÍTULO 15	157
MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA Marcos Antonio Braga de Freitas Andréa Freitas de Vasconcelos DOI 10.22533/at.ed.71719231215	
SOBRE A ORGANIZADORA	168
ÍNDICE REMISSIVO	169

AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

Vanessa Coelho dos Reis

Instituto Federal Catarinense

Brusque – Santa Catarina

Luciana Patrícia Zucco

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis – Santa Catarina

Mulheres. Estudos Feministas. História Oral. Marinha do Brasil.

THE FEMALE OFFICERS FROM BRAZILIAN NAVY GENERAL OFFICERS OF MILITARY ORGANIZATIONS AND THEIR PROFESSIONAL TRAJECTORIES

RESUMO: O estudo em tela analisa as trajetórias profissionais das Oficiais da Marinha do Brasil (MB) titulares de Organizações Militares (OM). O suporte teórico desta pesquisa está ancorado nos estudos feministas. Desde o ingresso da mulher na Marinha, em 1981, até 2016, 19 Oficiais ocuparam o cargo de titular de OM. A pesquisa é de abordagem qualitativa e tem como metodologia a história oral. A coleta dos dados ocorreu ao longo de 2016 e totalizou três entrevistas. Após quase 25 anos do ingresso na MB, essas Oficiais assumem o cargo de comando. A primeira Oficial a assumir a titularidade de uma OM foi diretora do Hospital Naval de Recife, em 2002. A assunção das Oficiais ao comando de uma OM, historicamente de domínio do homem, resulta de um processo de equiparação das carreiras das mulheres e dos homens, iniciado em 1997, decorrente da mobilização interna das Oficiais e, indiretamente, das conquistas do movimento feminista na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias profissionais.

ABSTRACT: This study analyzes the professional trajectories of the female Officers from Brazilian Navy, general officers of Military Organizations. The theoretical approach drawn from feminist studies. Since the entering of women at the Brazilian Navy, in 1981, until 2016, 19 (nineteen) female Officers have hold the position of general officers of Military Organizations. This is a qualitative research and the method is oral history. The data - three interviews - were collected in 2016. After almost 25 years at Brazilian Navy, they hold command positions. The first general female Officer was the director of the Navy Hospital of Recife in 2002. The promotion of the female Officers to higher positions of an Military Organization, historically male-dominated, is the result of an equity process of the careers of women and men, that began in 1997, arising from an internal mobilization of the female Officers and, indirectly, from the achievements of the feminist movement in Brazilian society.

KEYWORDS: Professional trajectories. Women. Feminist Studies. Oral History. Brazilian Navy.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto em tela analisa as trajetórias profissionais das Oficiais da Marinha do Brasil (MB) que ocuparam o cargo de titular de Organizações Militares (OM). Titular é o/a militar nomeado/a para comandar ou dirigir uma OM. Esta investigação tem como fonte de dados a pesquisa realizada no período de 2015 a 2017, resultando na dissertação de mestrado intitulada “Muitas Histórias para Contar: a trajetória profissional das diretoras de Organizações Militares da Marinha do Brasil”, defendida em novembro de 2017.

Desde 1981, o ingresso na Marinha é possibilitado a todas as mulheres brasileiras que preencham os requisitos estabelecidos pelas legislações pertinentes. A carreira da/do militar da Marinha se inicia após o período de formação em seus estabelecimentos de ensino.

A Marinha compõe as Forças Armadas do Brasil, juntamente com o Exército e a Aeronáutica. Sua origem remonta ao século XVI (BRASIL, 1997) e, por isso, a elevam à condição de Força Armada mais antiga do país. Tais instituições militares são responsáveis pela defesa e segurança do território nacional, subordinadas à Presidência da República, conforme preconizado no Estatuto dos Militares (BRASIL, 2004). As bases das Forças Armadas - hierarquia e disciplina -, constituem os parâmetros para os relacionamentos entre os/as militares e para o funcionamento e o desenvolvimento institucional.

A construção desta investigação decorre da trajetória e inserção profissional na MB de uma das autoras, ao ocupar o posto de Primeiro-Tenente do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar. Os/as Oficiais do Corpo Auxiliar exercem atividades de apoio técnico, gerenciais e administrativas em geral. Esta experiência possibilitou perceber e vivenciar situações que evidenciaram a presença de um *ethos* masculino que se sobrepunha às mulheres e ao feminino, gerando hierarquias e acessos diferenciados. Qualifica-se como *ethos* as características que constituem e organizam um determinado meio social, e que são expressas pelas/pelos sujeitas/sujeitos e pelas instituições inseridas nessa realidade.

O suporte teórico está ancorado nos estudos feministas, especificamente na epistemologia feminista (SALGADO, 2008; HARDING, 2002; RAGO, 1998). Portanto, o presente estudo é orientado por essa forma de produção de conhecimento, assegurando “(...) *una manera particular de conocer y de producir conocimientos* (SALGADO, 2008, p. 14), bem como características específicas ao debate, a saber: é uma investigação realizada por mulheres, sendo uma das autoras ex-Oficial da MB; umas das pesquisadoras é, simultaneamente, sujeito cognoscente e sujeito cognoscível (SALGADO, 2008); o contexto de pesquisa é um espaço de interação comum; as sujeitas da pesquisa são mulheres; essas mulheres contam suas histórias, que conformam o eixo estruturante da narrativa.

A trajetória profissional das titulares de OM foi circunscrita à carreira na MB e

se configura em uma parte de suas histórias, que traz em seu bojo as experiências. Deste modo, recorreremos à categoria experiência (SCOTT, 1998) para compreender não apenas as vivências, mas, principalmente, a estruturação dessas vivências e sua repercussão na constituição das identidades das Oficiais. Logo, o estudo teve como cenário a Marinha do Brasil, as Oficiais titulares de OM como sujeitas, e como objeto de pesquisa a trajetória profissional dessas militares.

No contexto específico da MB, existem pesquisas científicas sobre a participação das mulheres na Instituição (SELL, 2012; ALVAREZ, 2011; ALMEIDA, 2008; JÚNIOR, 1982). Contudo, Almeida (2008) apontou que a produção de conhecimento sobre as Forças Armadas, a partir dos estudos de gênero, é escassa. Por este motivo, salientou a importância de investigações que contribuam para a ampliação do conhecimento nessa área.

Após uma década, permanece a ausência de estudos que priorizem as histórias e experiências das mulheres militares titulares de OM, a partir da narrativa das protagonistas, sendo estas invisibilizadas na condição de diretoras (REIS, 2017). O protagonismo dessas mulheres é secundarizado diante de uma trajetória consolidada e, por muitos anos, exclusiva aos homens. Nesse contexto, duas questões foram trazidas à tona: Quais as situações de enfrentamento vivenciadas pelas militares? Suas conquistas implicam em ampliação dos direitos das mulheres na Instituição? Algumas aproximações a tais questionamentos são desenvolvidas ao longo do texto, sem contudo esgotar a discussão, mas projetando a contribuição das entrevistadas, que além de pioneiras, fizeram e fazem história na MB.

2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A história oral (SALVATICI, 2005; PORTELLI, 1997) constituiu o desenho metodológico do estudo, desde a definição das sujeitas da pesquisa até o processo de coleta e de análise das entrevistas. Por suas particularidades, a história oral pode ser inscrita na abordagem qualitativa (DELGADO, 2010; MINAYO, 2010), valorizando as histórias narradas e os significados atribuídos a elas.

As Oficiais tiveram liberdade para narrar suas histórias dentro de limites localizáveis no tempo. Os limites foram estabelecidos a partir de um fragmento da história dessas militares, um recorte específico das experiências vivenciadas pelas Oficiais. Assim, a perspectiva que subsidia essa delimitação é a história temática (DELGADO, 2010; MEIHY, 1998), que corresponde à definição de um assunto, evento ou contexto particular, objeto de análise. Portanto, a história temática foi a fonte de dados e subsidiou a construção do roteiro de entrevistas.

A inserção e trajetória de uma das autoras na MB foi o ponto de partida para a definição do objeto deste estudo. A escolha das sujeitas integrou a definição do objeto, porque as titulares de OM seriam mulheres com formação universitária e um longo percurso de trabalho na MB. Nesta trajetória, demos centralidade ao caminho

percorrido pelas militares, tendo como marco de referência seu ingresso na MB até o acesso ao cargo de direção.

Outra etapa foi a preparação da entrevista, a escolha dos critérios e a realização dos contatos iniciais com as informantes em potencial. O roteiro de entrevista, instrumento fundamental para a coleta de dados, foi organizado com base nos objetivos da pesquisa e no perfil das entrevistadas, sendo sua flexibilidade respeitada como uma característica orgânica de sua elaboração.

O primeiro critério para a escolha das Oficiais foi o de estarem na reserva remunerada (equivalente à aposentadoria no meio civil), pois poderiam apresentar maior disponibilidade por não possuírem um vínculo ativo com a Instituição. O segundo critério consistiu na composição de um quadro diversificado de entrevistadas (MINAYO, 2010), que considerasse as diferenças relacionadas ao ano de ingresso na MB, à formação profissional das Oficiais e à OM onde assumiram a direção. Com o objetivo de ampliar e diversificar o corpus, definimos outro critério, a saber: incluir no rol das entrevistadas as Oficiais do serviço ativo, ou seja, aquelas que estavam atuando.

Em janeiro de 2016, iniciamos o contato com as possíveis entrevistadas. A abordagem inicial ocorreu diretamente via OM em que trabalhavam, por telefone. A realização das entrevistas se iniciaram no segundo semestre de 2016, com três Oficiais entrevistadas. Todas as Oficiais tomaram ciência da existência e da importância da carta de cessão de direitos, sendo entregue a cada uma ao final da entrevista.

Posteriormente à realização das entrevistas, iniciamos a organização e análise do material coletado, com a transcrição dos áudios. O material escrito e o material sonoro foram enviados às Oficiais para que pudessem identificar trechos não compreendidos e alterar o texto – incluindo, modificando ou retirando conteúdos –, inclusive em relação à pontuação. Após a devolução desse texto transcrito pelas Oficiais, foi iniciado o processo de análise do material.

Utilizamos a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), na modalidade temática. Esta orientou a construção das unidades de registro extraídas do texto e submetidas a um processo classificatório, organizando, desse modo, os núcleos de sentido. A primeira leitura do material foi uma aproximação inicial a cada entrevista transcrita, observando, na sequência, o encadeamento textual e os assuntos presentes nas narrativas. Nas leituras posteriores, ocorreu o processo de codificação.

Cada história foi analisada individualmente para que a singularidade das trajetórias fosse projetada e suas narrativas situadas. Quando possível (pois, não se pretendia perder as características específicas das narrativas), evidenciamos os nexos entre as histórias, explicitando particularidades, similaridades e diferenças, apresentadas a partir da caracterização das entrevistadas e de suas carreiras profissionais na MB.

3 | AS SUJEITAS DA PESQUISA

O acesso das mulheres à MB ocorreu a partir de 1981, sendo tal fato pioneiro no âmbito das Forças Armadas brasileiras (LOMBARDI, 2010). Estudos (LOMBARDI; BRUSCHINI; MERCADO, 2009; CARREIRAS, 2004; D'ARAUJO; CASTRO; CHEIBUB, 2002) indicam que as mulheres, desde seu ingresso no meio militar, estão presentes em OM que exercem a função de apoio à missão precípua das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha), qual seja: defesa e segurança do Estado.

A função de apoio compreende as atividades técnicas e administrativas desempenhadas pelas/pelos militares, e não o seu envolvimento no combate. A presença das mulheres militares em áreas de apoio implica na assunção das Oficiais ao cargo de titular apenas em OM dessas áreas.

Entre 2002 (ano em que a primeira Oficial assumiu a direção de uma OM) a 2016, 19 Oficiais foram diretoras. Destas, três Oficiais foram entrevistadas:

1. Capitã de Fragata W.T.B.

A Capitã de Fragata (CF) W. nasceu no dia 30 de dezembro de 1954. A época da entrevista, tinha 61 anos. Nasceu no estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro. É separada, mãe de um filho e de uma filha. Reside com a filha e a mãe em Recife/PE. Em 1972 foi aprovada no vestibular, e iniciou o curso de medicina na Escola da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Graduiu-se em 1978, com 24 anos. Após a graduação, concluiu dois cursos de pós-graduação: residência em cardiologia e especialização em cardiologia. Ingressou na Marinha em 1981, ou seja, faz da parte da primeira turma de mulheres. Foi a primeira Oficial a ser diretora de uma OM ao assumir a titularidade do Hospital Naval de Recife (HNRe), em 2002, em um contexto de direção interina. Foi transferida para a reserva remunerada em 2004.

2. Capitã de Mar e Guerra V.L.G.C.

Com a Capitã de Mar e Guerra (CMG) V. realizamos duas sessões de entrevista. Na primeira sessão tinha 59 anos, e na segunda, encontrava-se com 60 anos. Nasceu no dia 20 de novembro de 1957. Reside na cidade do Rio de Janeiro. É casada e mãe de três filhos/as: dois filhos e uma filha. É psicóloga e iniciou seu curso em 1976, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, concluindo em 1980. Possui duas pós-graduações: uma em psicologia organizacional e a outra em psicologia clínica. Ingressou na Marinha em 1981, e foi diretora do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM) entre 2006 e 2008. Após o término de seu comando no SSPM, foi transferida para a reservada remunerada.

3. Capitã de Mar e Guerra G.M.B.

A Capitã de Mar e Guerra (CMG) G. nasceu no dia 26 de maio de 1966. Tinha 50 anos quando foi entrevistada. Nasceu e reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com seu filho e suas duas filhas. Declarou-se como divorciada. Realizou o vestibular em 1983, com 17 anos, e cursou engenharia elétrica, com ênfase em eletrônica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Terminou o curso em 1989, concluindo o

mestrado no Instituto Militar de Engenharia e o doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - ambos na área de engenharia elétrica. Ingressou na Marinha em 1990 e em 2015 assumiu a titularidade do Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), no qual se encontrava como diretora no momento da entrevista.

As trajetórias profissionais relatadas apresentaram singularidades, diversidades e pontos de encontro no que se refere à inserção na MB e no exercício do comando, indicando uma proximidade de vivências tanto na Instituição como em suas vidas privadas. O trabalho desempenhado pelas militares e as OM em que serviram fizeram referência ao cuidado e às funções de apoio. Embora uma das entrevistadas tenha ocupado nos últimos anos a direção de uma área tecnológica e esteja mais relacionada à missão precípua da MB, a prestação de serviços é a tônica de sua natureza. Logo, o que as uniu esteve situado pelo contexto institucional e social, bem como pelas apreensões correntes sobre o feminino e seu lugar na sociedade.

4 | A CARREIRA NA MB

As Oficiais iniciaram a carreira na MB após a conclusão do curso de formação. Este curso faz parte do processo de ingresso na Marinha e corresponde a uma etapa de preparação e formação dos/as futuros/as Oficiais à vida militar-naval (JÚNIOR, 1982). A carreira militar abrange a identificação com o espaço institucional, a pactuação com seus objetivos, e o crescimento profissional.

Cabe destacar que o delineamento de suas trajetórias repercutiu para a assunção ao cargo de direção. As Oficiais percorreram uma trajetória progressiva, singular e exitosa na MB. A CF W. e a CMG V., especialmente, foram pioneiras não apenas em 1981, mas, também, em outros momentos singulares e fundamentais no desenvolvimento da Instituição.

A trajetória da CMG V. é muito significativa. A primeira OM em que serviu foi o SSPM, que futuramente seria a OM em que assumiria a direção. Depois de 14 anos no SSPM, se voluntariou para implantar o Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM) no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), em 1994. A proatividade é muito reconhecida pela Instituição e a decisão da CMG V. em atuar em uma iniciativa inovadora e arrojada, possivelmente, incidiu positivamente em sua carreira, e a projetou na Instituição.

Dois anos depois, em 1996, a CMG V. foi convidada para reconstituir a Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM). Em 1999, recebeu um novo convite, ser vice-diretora do Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM), vindo a ser sua primeira experiência na área administrativa e gerencial. Depois do SASM, permaneceu por seis meses no Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM), assumindo, em 2004, a vice-direção da DASM e, em 2006, a direção do SSPM. Sua carreira foi paulatinamente construída com a intenção de alcançar seu objetivo: a direção do

Agora, é uma coisa também. Eu sou uma pessoa muito organizada e muito focada. Sempre fui. Quando eu quero alguma coisa, eu me foco naquilo. Sei lá. Quando eu estava ainda no Serviço de Seleção, eu coloquei na minha cabeça assim: 'um dia eu vou ser a diretora daqui.' Então, algumas coisas que eu fiz, eu fiz com esse propósito. Por exemplo, quando foi para ser vice-diretora do SASM, chamaram: 'ah, você quer ser vice-diretora do SASM?' Aí falei: 'quero.' Quero por quê? Eu vou ter uma experiência administrativa. [...]. Então foi um projeto. E daí, aceitei. E aí, eu fui fazendo isso porque eu queria um dia ser diretora do Serviço de Seleção. E consegui. Foi o meu objetivo. E estava preparada. Quando eu fui ser diretora, eu estava preparada. (CMG V., 2016, grifo nosso).

O relato acima foi produzido em um contexto de fala espontânea, ou seja, não foi dirigido a ela uma pergunta sobre tal assunto. Na narrativa, destacou suas características pessoais – organização e foco –, bem como seu planejamento para o êxito do propósito que tinha traçado, particularizando seu sucesso. Ressaltou, ainda, que aproveitou as oportunidades que surgiram em sua carreira para adquirir conhecimento e experiência, e se projetar profissionalmente.

[...]. Eu fiz um plano. Eu sabia: 'você que ser?' Então.... minhas avaliações sempre foram excelentes. Eu tinha uma carreira. Eu tinha um nome. As pessoas me conheciam, sabiam quem eu era. Então, eu acho que eu tinha grandes chances de atingir o objetivo. Eu estava focada ali. (CMG V., 2016).

Ademais, demonstrou liderança, qualidade indispensável em uma gestão, principalmente em seu comando, formado por duas mulheres, na direção e vice-direção de OM.

Nós tivemos uma inspeção, que é a RECOSEP. Vieram os Almirantes da área do pessoal fazer a inspeção na nossa OM. Todos vieram fazer a inspeção. Gostaram muito de tudo. Mas é aquele negócio: a gente tinha que... não podia ter um... nada, nem desse tamanho. Claro, porque todo mundo de olho. Vamos ver como é.... duas mulheres juntas? Isso foi um desafio. Mas, tiramos de letra. (CMG V., 2016, grifo nosso).

O encadeamento de seu percurso profissional foi resultado de suas ações, escolhas e enfrentamentos, denotando a projeção que obteve na Instituição e que contribuiu para sua assunção ao cargo de direção. Exemplo disso foram os convites para a reestruturação da DASM, órgão diretivo para a execução da Política de Assistência Social da Marinha, e o exercício das vice-direções.

A trajetória da CF W., igualmente, é singular. A primeira OM em que serviu foi o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD). No HNMD, em 1982, foi a primeira preceptora da turma de residentes em cardiologia, pois era a única profissional que possuía um currículo que possibilitasse assumir tal função.

Em janeiro de 1996 foi transferida para a Escola de Guerra Naval (EGN). A EGN

era uma OM com uma inserção e predominância significativa de homens (CF W., 2016), na qual as atividades mais relevantes eram por eles executadas. Nessa OM, assumiu a chefia da divisão de saúde e a chefia do departamento administrativo, tendo oito homens sob o seu comando. Foi a primeira mulher a ser ecônoma, ou seja, Oficial responsável por coordenar e acompanhar as viagens que os alunos da EGN faziam para conhecerem outras OM. Até então, o ecônomo sempre tinha sido um homem – um médico ou um dentista.

Em 1999, a CF W. percebeu que talvez tivesse que retornar ao HNMD. Como não queria voltar ao Marcílio Dias, pois desejava ter outras experiências de trabalho, principalmente fora da cidade do Rio de Janeiro, buscou novas oportunidades. O diretor do HNRe a convidou para servir nesta OM e, naquele mesmo ano, foi transferida para Recife. Este convite revelou que a CF W. era conhecida e reconhecida por seus pares.

No HNRe, a CF W. vivenciou diferentes experiências de gestão. Quando chegou, em 1999, exerceu a chefia do departamento de medicina interna; em 2000, a chefia do departamento de saúde. No início de 2002, o novo diretor do HNRe criou o cargo de vice-diretor(a), sendo designada para assumi-lo. Na metade do ano de 2002, foi diretora interinamente do HNRe, retornando, posteriormente, à chefia do departamento de saúde até o ano de 2004, quando foi transferida para a reserva remunerada.

A CF W. deu destaque aos desafios do cargo de direção relacionados a uma equipe gestora feminina (composta por ela na direção e por mais duas mulheres que a auxiliavam) e às expectativas de militares, abrangendo tanto a tripulação quanto o alto comando da MB.

Quando o Comandante de Operações Navais (CON) foi fazer a visita lá, estávamos nós lá, o grupo feminino. Então, foi a primeira vez que você teve aquele triunvirato. Foi toda uma quebra de protocolo. É menina, não foi fácil não, não foi fácil não. Você não tem ideia de como não foi fácil. (CF W., 2016, grifo nosso).

A ‘quebra de protocolo’ refere-se ao fato de três mulheres Oficiais, pela primeira vez na História da MB, recepcionarem, como gestoras do HNRe, o ComOpNav, um Oficial-general do mais alto posto da hierarquia militar naval – Almirante de Esquadra. A tripla repetição da expressão ‘não foi fácil’, verbalizada de forma espirituosa e com um sentimento de pesar, está associada às resistências e estranhamentos vividos. Outrossim, demonstra ciência da cultura institucional e do lugar subordinado que ocupava, mesmo sendo de comando e poder. Sua narrativa nos remete a dinâmicas coletivas e não apenas a sua vivência individual.

A terceira e última entrevistada, CMG G. ingressa na MB em 1990, ano em que assume sua primeira comissão no extinto Centro de Eletrônica da Marinha (CETM), atual Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), OM que dirigirá posteriormente. Depois do CMS, a CMG G. serviu na Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) entre 2000 e 2003. Em seguida, foi para o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPQM) e permaneceu nesta OM até 2006. Serviu novamente na DSAM e,

finalmente, retorna ao CMS, em 2015, para ser diretora.

A CMG G., assim como a CMG V., foram diretoras da primeira OM em que serviram e citaram a trajetória de trabalho na Instituição, bem como as boas (ou excelentes) avaliações, como pré-requisito para o acesso ao cargo de direção.

Eu não imaginava que eu fosse ser designada para ser diretora aqui. Não é a gente que pede para ser diretor. A Marinha que escolhe. Então, eu nem sei como isso se passou. O que eu sei é que tenho bastante experiência nessa área, acumulada, e eu sempre trabalhei sem pensar que um dia eu seria diretora. Eu nunca pensei assim: 'ah, vou fazer bem feito para poder ser diretora.' Então, eu fazia o meu trabalho do jeito que eu gosto de fazer sempre. [...] na hora de escolher um diretor para ser diretor aqui, a Marinha tinha algumas opções de Capitães de Mar e Guerra engenheiros. E a Marinha viu as opções disponíveis e me escolheu por ser a mais experiente e a mais apropriada para o cargo. (CMG G., 2016).

O sentido empregado à assunção é de competência: “a mais experiente e a mais apropriada para o cargo”. Competência, racionalidade, eficácia e eficiência são predicados esperados para a direção de uma OM, e atribuídos à natureza masculina (FONTENELE-MOURÃO, 2006; NOGUEIRA, 2006). Além disso, apresentou um discurso recorrente de igualdade entre mulheres e homens: “Então, hoje em dia as mulheres são tratadas de maneira igual aos homens. Nos tipos de organizações que é permitido ambos os sexos [...]” Como ela mesma afirmou, este discurso é circunscrito às OM em que é permitida a inserção de mulheres e homens. O comando dos navios, por exemplo, “ainda não está aberto para as mulheres, porque ainda não existem mulheres na Escola Naval para fazer curso de Oficial da Armada.” Logo, a titularidade para ambos os sexos não é extensiva a todas as OM.

Na Marinha do Brasil, as inserções ocupacionais, incluindo o exercício de cargos de chefia, foram possibilitadas historicamente aos homens, dificultando a construção e reprodução de uma história das mulheres. Nessa perspectiva, as sujeitas desta pesquisa ocuparam lugares anteriormente a elas vetados (MB e direção de OM). Contudo, suas reflexões e engajamento pactuavam com a dinâmica institucional, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, a alteravam, provocando deslocamentos significativos e construindo um legado a outras mulheres. Ou seja, embora a igualdade estivesse baseada na lógica institucional e não em uma equivalência de direitos e de oportunidades, as Oficiais impulsionaram, ainda que lenta e gradualmente, a formação de um novo sujeito na Marinha: as Oficiais Diretoras de OM.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso das mulheres redimensionou o ethos masculino construído ao longo da História da MB, ainda que acompanhado de hierarquia semelhante à presente na sociedade. Ou seja, o contexto social e político impulsionou mudanças, mas não de todo estruturais. Nesse sentido, as Oficiais que fizeram parte da primeira turma

protagonizaram situações de abertura de espaço para outras mulheres; exerceram atividades e funções privativas destinadas aos homens, todavia, circunscritas ao que a elas era permitido. E, assim, foram construindo o caminho a ser percorrido pelas próximas mulheres que se integraram à MB. As possibilidades outorgadas e conquistadas pelas Oficiais incidiram no acesso ao cargo de direção, asseguraram o reconhecimento institucional e a equiparação com a carreira dos homens, viabilizada a partir de 1997.

Apesar de as entrevistadas não se denominarem feministas, foram beneficiadas pelas conquistas desses grupos e integraram o conjunto de mulheres que não respondia à figura tradicional da dona de casa. Ao entrarem em uma instituição eminentemente masculina, apontavam para a ocupação de outros lugares para além do espaço doméstico. Contudo, as atribuições funcionais designadas estiveram estritamente vinculadas à concepção de mulher e ao feminino. No exercício da direção, duas entrevistadas reconheceram os desafios de construir uma gestão pioneira e deram visibilidade às cobranças e expectativas institucionais pela condição de ser mulher. É, portanto, explícita a relação estabelecida entre sexo, competência técnica e cumprimento da missão.

As conquistas das mulheres no âmbito da MB carecem de serem contadas e recontadas, ainda mais pelas chaves e ‘olhares’ dos estudos feministas e de gênero, por isso, a importância da partilha de suas trajetórias na construção de um ‘sujeito político’.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariza Ribas D'Ávila de. **Batalhas culturais de gênero**: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

ALVAREZ, Iara Maria Martins. **Políticas públicas de gênero**: a inclusão das mulheres na Marinha do Brasil como militares. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria-Geral. Estatuto dos Militares. In: _____. **Vade-mécum Naval**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha, 2004. cap. 2.

BRASIL. Comando da Marinha. Serviço de Relações Públicas da Marinha. **Poder Naval**. Brasília: Action Editora, 1997.

BRASIL. Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972. Dispõe sobre a Remuneração dos Militares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 29 jun. 1972. Seção 1, p. 5681. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5787-27-junho-1972-357817-publica-caoriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997. Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 26 nov. 1997. Seção 1, p. 27741. Disponível em: <<http://pesquisa>>.

in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=27/11/1997>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Portaria nº 108 de 30 de março de 2004. Estabelece diretrizes para a criação ou a extinção de Organização Militar (OM) de terra, para a incorporação, a reincorporação, a desincorporação, a transferência para a reserva e a baixa do serviço ativo de navios, e estabelece a denominação para os cargos de Comando e de Direção da Marinha. **Boletim**, n. 3, p. 11, 2004.

CARREIRAS, Helena. Diversidade social nas Forças Armadas: gênero e orientação sexual em perspectiva comparada. **Nação e Defesa**, n.107, 2 série, p.61-68, primavera 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo. **O Brasil e as Forças Armadas na percepção dos oficiais da Marinha**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. 44 p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia Maria. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Comp.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2002.

JÚNIOR, Hermógenes Hiron Marques. **O corpo auxiliar feminino da reserva da Marinha**. 1982. 94f. Monografia - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1982.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano M. **As Mulheres nas Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil**. São Paulo: FCC/DPE, 2009. 108 p.

LOMBARDI, Maria Rosa. Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X201000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr. 1997. p. 13-49.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41.

REIS, Vanessa Coelho dos. **Muitas histórias para contar: a trajetória profissional das diretoras de Organizações Militares da Marinha do Brasil**. 2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. **Metodología de la investigación feminista**. Cidade do México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades - Universidad Nacional Autónoma de México, 2008. (Colección Diversidad Feminista).

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, jan-jun. 2005. p. 29-42.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. Tradução Lúcia Haddad. **Revista Projeto História**, v. 16, p. 297-325, jan-jun. 1998.

SELL, Camilla Telemberg. **A enfermeira na Marinha do Brasil**: a historiografia do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Pedagoga, IFSP – Câmpus Araraquara. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP- Araraquara. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Construção 1, 7, 9, 14, 20, 21, 22, 27, 28, 32, 37, 39, 42, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 61, 76, 78, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 122, 127, 137, 138, 142, 149, 153, 159

Cultura local 116

D

Direitos humanos 16, 18, 32, 41, 71, 79, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 120, 155

Direitos humanos das mulheres negras 92, 93, 99, 101, 102

Diversidade humana 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 108

E

Educação 18, 45, 46, 47, 48, 68, 69, 72, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 148, 150, 153, 164, 165, 166, 168

Educação escolar 76, 168

Escrita de si 53, 63

Estudo de doutorado 86

Estudos feministas 17, 19, 20, 28, 29, 52, 91, 102, 103, 123, 135, 150, 156

Existência social dos negros e das mulheres 92, 93

Experiências educativas 86

Experiências lesbianas 86, 88

F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 41, 45, 46, 50, 56, 60, 79, 83, 88, 90, 146, 149, 151, 155, 165, 167

Feminina 4, 15, 26, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 91, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 131, 133, 154, 155, 159

G

Gênero 3, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 121, 122, 123, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167

H

Hipervisibilidade 86, 88

História 3, 9, 15, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 43, 44, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 80, 86, 88, 91, 94, 97, 101, 118, 119, 121, 122, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 158, 162, 166, 167, 168

História oral 19, 21, 29, 30

Histórico 1, 6, 9, 32, 65, 92, 93, 96, 106, 108, 117, 119, 139, 146, 159, 160, 162

Homossexual 2, 17, 18, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Homossexualidade 18, 53, 56, 61, 63

I

Identidade de gênero 34, 42

Identificações masculinas 86, 88

Ideologias segregadas 104, 105, 114, 115

Imprensa 29, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Imprensa lésbica 53, 54, 56, 63

Inclusão 28, 66, 69, 72, 78, 79, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 121

J

Jovens 71, 72, 92, 99, 101, 143

Jovens negras 92, 99, 101

Jurídico 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 37, 41, 50, 82

L

Legislação 12, 15, 31, 40, 104, 108, 109, 110, 114, 115, 136, 161, 162

Legislação brasileira 104, 108

Lesbianidades 53, 55, 56, 57, 62, 86, 87, 88, 91

M

Marcações de diferença 92, 93

Marcadores sociais da diferença 60, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 102

Marinha do Brasil 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30

Masculinidade feminina 86, 87, 88, 91

Memória coletiva comum 116

Mulheres 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167

Mulheres negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 144, 150

N

Narrativa 20, 21, 25, 26, 59, 60, 61, 117, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 139, 144, 146, 150

O

Organizações 6, 19, 20, 27, 29, 42, 43, 57, 67, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 114, 115, 150, 161, 163, 164, 167

P

Patriarcado 33, 67, 75

Pedagogo empresarial 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114
Performatizações de gênero 86, 87, 90
Pessoas com deficiência 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Poder 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 66, 80, 88, 90, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 133, 135, 139, 143, 145, 146, 159, 163, 166, 167
Política criminal 31, 34, 35, 37, 40
Políticas públicas de gênero 28, 42
Pós-verdade 1, 19, 31, 42, 53, 64, 65, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 116, 123, 136, 148, 157
Processo histórico 92, 93, 106, 108, 159, 160

R

Raça 15, 34, 52, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 140, 144, 145, 153
Racismo 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 103, 150, 155
Representação 15, 16, 64, 65, 88, 98, 116, 117, 121
Resistências 3, 16, 26, 46, 82, 98, 104

S

Sexismo 32, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103
Sistema prisional 31, 34, 40

T

Trajetória educacional 86, 87
Trajetórias profissionais 19, 20, 24

V

Vida de mulheres lésbicas 86
Violação de direitos 31, 32, 40
Visibilidade 15, 28, 45, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 90, 102, 108, 146, 149, 157, 166

